

mercado

MERCADO ABERTO

Maria Cristina Frias

cristina.frias@grupofolha.com.br

Mesmo após reforma trabalhista, troca de depósito por seguro é barrada na Justiça

Empresas têm tentado substituir depósitos que garantem pagamento em disputas trabalhistas anteriores à nova CLT pela contratação de seguro-garantia ou fiança bancária, segundo escritórios de advocacia.

A alternativa é uma das mudanças da reforma das leis do trabalho e tem sido aceita nos novos processos, ainda que algumas empresas demonstrem receio, segundo Caroline Marchi, do Machado Meyer.

O problema tem sido na troca de montantes antigos.

“Apesar do texto dizer que ‘o depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia’, a Justiça do Trabalho não tem aceitado. É uma recusa injustificada.”

A forma como o texto está redigido dá margem para uma interpretação literal, de substituição de um aporte já feito, segundo Estevão Mallet, professor de Direito da USP.

“As coisas levam um certo tempo para maturar no Judiciário, mas há um movimento grande das empresas para fa-

zer a substituição. Muitas vezes o depósito ficava esquecido, e o dinheiro, parado.”

O entendimento geral, porém, é que a medida não pode ser aplicada a algo anterior à lei, explica Mallet.

“Temos clientes que nos perguntam sobre a troca, mas são os casos em que surgem mais dificuldades”, diz Otávio Pinto e Silva, do Siqueira Castro.

“No momento do depósito antigo não havia a possibilidade [de fiança ou seguro], é algo que não poderia retroagir.”

Mercado de título em inadimplência aguarda volta da Caixa Econômica

O mercado de créditos em lote, no qual carteiras de empréstimos que estão em inadimplência são negociadas, vive a expectativa de voltar a receber títulos da Caixa.

O banco estatal era o maior vendedor, até 2016, de ativos

desse tipo a interessados em pagar uma porcentagem do valor de face para tentar reaver dívidas de pessoas físicas.

Ela foi interrompida por uma ação do TCU (Tribunal de Contas da União), mas há perspectiva de reverter a decisão.

“A atuação do TCU foi importante para que as vendas tenham transparência”, diz Guilherme Ferreira, diretor-executivo da Jive.

“Para o mercado, que ainda está em fase de amadurecimento, a volta é ótima, por-

que é preciso ter volumes significativos”, afirma Flávio Suchek, diretor-executivo da Recovery, do Itaú.

A Caixa é o único grande banco que não tem uma empresa de recuperação de crédito —por isso, não houve muita negociação de títulos nos dois últimos anos.

A venda de títulos em inadimplência abrirá espaço para que a estatal possa emprestar mais, segundo os analistas. Procurado pela coluna, o banco não deu entrevista.



Luiz Elísio Melo, diretor-executivo da rede varejista Ricardo Borges - 28.mar.18/Folhapress

PARA FAZER A FEIRA

A rede Hortifruti, varejista especializada em frutas e verduras, vai aumentar seus investimentos entre 15% e 20% em 2019, na comparação com este ano, quando investiu R\$ 70 milhões em reforma e abertura de lojas.

A companhia quer aumentar em até 15% sua área instalada de vendas.

Na Grande São Paulo, vai

inaugurar quatro pontos da marca Natural da Terra.

O aporte médio para abrir cada uma varia, mas gira em torno de R\$ 5 milhões, segundo o diretor-executivo, Luiz Elísio Melo.

“Estamos confiantes com a operação paulista. Nas lojas que reformamos, após uma queda de receita durante a obra, as unidades entregam

10% de alta em vendas.”

A marca abrirá também lojas no Rio, onde está concentrada seu principal mercado. “Temos o modelo tradicional e um novo formato, de unidades menores, com áreas entre 100 m² e 150 m²”

R\$ 1,4 bilhão

foi o faturamento da Hortifruti em 2017